

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE PALMAS¹

Me. José Manoel Miranda de Oliveira

Doutorando em Geografia pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia.
jmiranda@uft.edu.br

Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira

Professor do Instituto de Geografia da UFU – Universidade Federal de Uberlândia
wferreira@ufu.br

RESUMO

Este estudo visa à compreensão das intervenções realizadas para a difusão de uma nova memória cultural no Estado do Tocantins a partir de Palmas, assim como abordar a estruturação de uma identidade histórico-cultural como parte do processo de consolidação do novo território como espaço de poder e de desenvolvimento econômico. Por isso, partimos dos significados culturais e ideológicos dos monumentos postos na Praça dos Girassóis de Palmas, bem como da estrutura arquitetônica utilizada na construção dos prédios públicos. De forma geral, as alegorias colocadas na Praça dos Três Poderes do Estado reforçam a idéia da criação de novos mitos, novas culturas e novas lembranças, diversas à cultura predominante na então Região Norte de Goiás. Por fim, focaremos os significados destas intervenções na construção de um novo *ethos* interligando uma política de desenvolvimento aos fluxos de ocupações dos espaços públicos e privados de Palmas.

Palavras-chaves: Intervenções. Memória. Cultura. Monumentos.

THE PROCESS OF BUILDING THE CULTURAL IDENTITY OF PALMS

ABSTRACT

This study aims to understand the interventions for the diffusion of new cultural memory in Tocantins from Palmas seeking to approach the structure of a historical-cultural identity as part of the consolidation process of the new territory as a space power and economic development. So we set of cultural meanings and ideological positions of the in the Praça dos Girassóis in Palmas, as well as architectural structure used in the construction of public buildings. Overall, the allegory placed in the Praça dos Três Poderes do Estado reinforce the idea of creating new myths, new cultures and new memories, different of prevalent culture in the North of Goiás. Finally, we will focus on the meanings of these interventions in the construction a new *ethos* linking development policy to the flows occupations of public and private spaces of Palmas.

Keywords: Interventions. Memory. Culture. Monuments.

INTRODUÇÃO

“O senhor [...] mire e veja, o mais importante e bonito do mundo é isto, que as pessoas não estão sempre iguais; não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão” Guimarães Rosa apud Arroyo et al. (1982) In Brandão (1982, p. 105).

Recebido em 23/04/2011

Aprovado para publicação em 21/03/2012

¹ Este trabalho foi produzido tendo em vista a conclusão da disciplina *Tópicos Especiais em Geografia: Culturas Populares e Memória Social* ministrada pelo Professor Carlos Rodrigues Brandão no segundo semestre de 2010 no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Este estudo visa à compreensão das intervenções empreendidas pelo governo do Estado do Tocantins no processo de ocupação físico-cultural do território estadual, tomando como referência os monumentos inseridos na Praça dos Girassóis como objeto de validação ou desvalorização da memória cultural das pessoas que migraram para Palmas na última década do século XX. Assim, tem-se uma busca pelos significados simbólicos dos monumentos da Praça dos Girassóis em relação à identidade cultural dos antigos habitantes do Tocantins e dos novos que migraram para a cidade logo após a sua criação.

De forma geral, indagamos sobre as formas utilizadas para a estruturação de uma identidade histórico-cultural voltada para a consolidação de um espaço de poder. Daí a importância de discutir os significados culturais e ideológicos dos monumentos da Praça dos Girassóis de Palmas, assim como da estrutura arquitetônica utilizada na construção dos prédios públicos.

Em relação às estruturas da praça, buscamos nos espaços construídos a relação que os monumentos tiveram, direta e indiretamente, com os objetivos voltados ao apagamento da memória local. Nesse intento, as intervenções realizadas voltaram-se à criação de novos mitos, novas culturas e novas lembranças, em detrimento da cultura predominante na então Região Norte de Goiás, constituída em meio à diversidade das lutas separatistas, dos mitos e dos símbolos que caracterizavam a cultura da região. Por meio de ações pragmáticas, o governo promovia a construção de monumentos objetivando a criação de novas estruturas culturais para a fixação de um *ethos* novo interligando o desenvolvimento econômico da cidade e do Estado aos fluxos de ocupações dos espaços públicos e privados.

Assim, o lócus dessas representações situou-se, em parte, nos símbolos construídos na Praça dos Girassóis, focados nas estruturas e nos fluxos de consolidação das três frações do estado: Legislativo, Judiciário e Executivo. Todo esse processo foi associado a um circuito de poder, tomando-se como objeto centrípeta do território municipal e estadual a Praça dos Girassóis. Essa condição foi corroborada pela posição geodésica de Palmas, bem como pelo fato de a praça ser o lócus intra-urbano dos diversos ramos de atividades empresariais e das estruturas físicas e simbólicas das esferas públicas. Considerando isso, a pesquisa discute os aspectos simbólicos e a força centrípeta de Palmas, a partir da praça.

O entendimento do contexto cultural do Tocantins e de Palmas por meio das alegorias, das formas e da estrutura da praça, das fachadas e do interior dos prédios públicos, traduz a importância e as necessidades direcionadas para a criação de novas opções culturais e históricas, sem que fossem levadas em conta a tradição e a cultura locais. Sobre isso, podemos falar da riqueza cultural proporcionada pelas idéias separatistas construídas depois de Teotônio Segurado e, nesse sentido, não se sabe ao certo dos porquês do ostracismo imposto a outros separatistas, pois só a figura de Teotônio não representa a história separatista do norte de Goiás. A partir dessa preferência, o governo institucionalizou uma cultura diferente da memória cultural e histórica da região.

Assim, ao privilegiar fatos que não fizeram diretamente parte da cultura do norte de Goiás, o governo deixa margens para se especular sobre a construção de um novo *ethos* para a região ao investir em monumentos sobre as lutas ideológicas iniciadas na República Velha, do tenentismo à Coluna Prestes. Esses movimentos visavam à construção de uma nova identidade política a partir da fragmentação do predomínio de São Paulo e Minas Gerais e investiam também contra os sistemas oligárquicos regionais. Talvez essa seja a proximidade ideológica do governador Siqueira Campos com a cultura reproduzida por esses movimentos, considerando que a população de Palmas é composta de migrantes do interior do Tocantins e de outras localidades do país.

A institucionalização cultural visava à diminuição das manifestações culturais de paraense, maranhense, goiana e piauiense, ou mesmo visava transformá-las em uma tabula rasa via uma lógica de esquecimento. Para facilitar o esquecimento, por um lado o governo patrocinava o surgimento de novas manifestações e a reconstrução de aspectos históricos sincronizados aos espaços da capital. De outro, dificultava as lembranças dos antigos mitos por meio da massificação de novos símbolos caracterizados por uma política de exaltação de uma nova memória cultural na população do Estado do Tocantins, tendo Palmas como referência.

DISTINÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS – O CONFRONTO ENTRE CULTURAS

Tendo em vista uma intenção em construir uma nova cultura e uma nova história por meio da difusão de novos mitos e alegorias massificadas nos espaços, de forma a atingir a cultura anterior dos migrantes, foi erguido o monumento aos pioneiros. De outro lado, o governo criava uma babel de identidades ao optar por um contexto histórico diferente dos momentos e dos lugares tocantinenses. Exemplo disso se tem na reprodução do Memorial 18 do Forte de Copacabana; do memorial Luís Carlos Prestes, do frontispício do Palácio Araguaia, do estilo arquitetônico dos prédios públicos da praça, construídos em um espaço composto de cerrados, veredas, matas ciliares, pequenos e médios ribeirões, sedes de fazendas, espaço em que, subitamente, foram erguidos portentosos prédios traduzidos em uma arquitetura pós-moderna.

Por sua vez, a forma de ocupação da cidade teve por objetivo construir espaços com acessos previamente indicados dentro de uma política de ordenamento territorial centripetamente planejada e dividida em áreas de comércio, serviços, residências, indústrias e repartições públicas. Essa racionalização da espacialização, mesmo não sendo seguida na íntegra pelo próprio governo – ao criar uma cidade planejada com uma identidade prévia e à revelia da população e da cultura local – implicitamente abarcava interesses em se construir uma nova cultura, uma nova história para região, espelhada nas políticas desenvolvidas pelos órgãos governamentais.

Essa política de ocupação territorial mitigada pela construção de uma nova memória foi acelerada por uma política massiva de doações e vendas de lotes e áreas para igrejas, instituições culturais, empresários e pessoas de diferentes matizes, tais como artistas ou pessoas de segmentos correlatos. Esse processo gerou uma flexibilização no ordenamento territorial da cidade por meio da personificação da ocupação de espaços e lugares. Contudo, mesmo com essa forma de ocupação, Palmas permanece caracterizada pela Praça dos Girassóis.

Nesse aspecto, interpretando Halbwachs, podemos dizer que o ordenamento territorial de Palmas esconde a antiga cultura ao condicionar uma nova memória aos moradores. Essa condição de esquecimentos submete o indivíduo à massificação de espaços, territórios e lugares, numa intenção invisível por parte de um poder predisposto na ideação das formas difundidas para a fixação de uma identidade prevista nos “princípios da socialização de quem recorda e da sociedade do que se recorda” (BOSI In: BRANDÃO, 1998, p. 56), na direção da construção de uma nova memória e, em médio prazo uma história voltada para a legitimação de uma tendência política caracterizada na construção de uma hegemonia de permanência no poder, frente às intenções postas na possibilidade de desconstrução das lembranças de histórias vividas. Isso, posto que “a cultura de massas, denominada de cultura por ser hegemônica, é adversária de consciência. A cultura não é consciência, e o momento da consciência parece quando os indivíduos e os grupos se desfazem de um sistema (sic) de costumes reconhecidos como um jogo ou uma limitação”. Michel (1983, p. 75 apud SANTOS, 2007, p. 84).

Assim, a perda da consciência cultural dos migrantes acontece quando a manifestação do antigo ethos passa a ter uma conotação estranha diante das novas intervenções difundidas pelo poder público junto à comunidade por meio dos investimentos na construção de uma memória, como se fosse possível esquecer ou atualizar a memória, como se esta fosse um objeto pragmático. A princípio, a população não percebeu que essa intervenção resultaria na perda de sua identidade por meio da ilustração dos novos espaços, dos novos cenários e paisagens identificadas na arquitetura de uma cidade-jardim construída numa região com poucos recursos técnicos e fora do circuito de comunicação. Nestes espaços o governo institucionaliza um ethos urbano direcionado à consolidação do novo território.

Diante disso, o trabalho terá componentes de discussão e diálogo processados por meio da etnometodologia no contexto da memória cultural desenvolvida por BRANDÃO (1998), HALBWACHS (2006), SANTOS (2007) e BOSI (1998), tendo como objeto a análise de situações culturais direcionadas à substituição da memória histórica de uma região para o surgimento de uma memória cultural, nos espaços públicos de uma cidade centripetamente planejada. Formato esse voltado à construção de um território de poder utilizando uma ideologia de desenvolvimento econômico e social. Conforme Bosi (1994, p. 43), por uma

“fenomenologia da lembrança da obra, bem como uma série de distinções de caráter analítico, extremamente sugestiva e cuja adequação podemos comprovar ao longo dos registros deixados na relação entre o passado e o presente”. Essas lembranças reforçam a construção de um sentimento difuso entre migrantes e antigos moradores da então região norte de Goiás”.

Desse modo, o problema do presente trabalho está imbricado nas condições da desterritorialização das lembranças das pessoas que habitavam a Região Norte antes da fundação do estado do Tocantins. Essas percepções surgem quando a população se depara com símbolos que, direta e indiretamente, promoveram uma espécie de apagão nas lembranças da população nativa e nas lembranças da população que migrou. Isso ocorreu diante da difusão do *novo* entranhado nos monumentos e nas perspectivas de ascensão social oferecidas pela cidade e pela funcionalidade do poder público, a partir das representações postas nas categorias *saudade, desenvolvimento, refuncionalização dos espaços, das estruturas, das formas e do fluxo da história da reprodução urbana*.

Pode-se pensar que as idéias que comandam a elaboração da história urbana são sobretudo duas: a idéia de forma e a idéia de tempo. As formas, quando empiricizadas, apresentam-se seja como objeto, seja como relação a obedecer. Entretanto, é também necessário empiricizar e precisar o tempo, se nós queremos trabalhá-lo paralelamente às formas. Esse é, talvez, um dos grandes problemas metodológicos que se colocam para a história das cidades e da urbanização. (SANTOS, 2008, p. 65).

A reelaboração da história exige a superação das fragilidades do território em termos econômicos, políticos e sociais. Para isso, o governo investe na construção de uma cidade planejada com características pós-modernas em termos estruturais. Assim, as políticas de ordenamento territorial foram determinantes na construção de uma nova memória.

Todas as ações eram caracterizadas pelo perfil simbolizado nas solenidades realizadas pelo governo na Praça dos Girassóis, o palco inicial das intervenções – tais como a primeira solenidade realizada para marcar a construção da capital do estado do Tocantins (conforme Figura 1). Em termos da representação da cultura do Estado do Tocantins, em relação aos outros colocados na Praça esse monumento é o único que pode ser considerado como pertencente à região, pois a cruz faz parte das representações hegemônicas da cultura ocidental. Por outro lado,

A hegemonia se realiza quando a classe dirigente consegue silenciar o discurso crítico, levando os subalternos a não se autoperceberem como tais, mas a assumirem sua situação de classe como se fosse o produto de uma escolha livre, num processo de interiorização e aceitação coletiva da visão de mundo hegemônico como a única verdadeira” (COELHO, 1982, p. 39).

Figura 1 – A Primeira Missa celebrada no local da construção da Praça dos Girassóis - marco zero de Palmas.



Fonte: PIETRO (1989). Cedida pela Casa de Cultura da Fundação Cultural de Palmas.

A necessidade de fixação em um novo espaço, a vontade de construir uma nova realidade ante novos cenários possíveis para a construção de uma ascensão social, fez com que as pessoas se alienassem de forma positiva, conforme as especificações de Hegel na Fenomenologia do Espírito (HEGEL, 1992, p. 134). Essa alienação representa uma condição de pertencimento, de inclusão do indivíduo em um espaço qualquer.

Pode-se considerar que, em todas as ações, havia uma forte demonstração de poder mitigado de simbolismos da realidade que estava sendo criada e que esta era fantasiada por atributos simultâneos, sem levar em conta as lembranças pretéritas. Nesse sentido, o governo investiu na massificação e construção de uma identidade palmense extensiva a todo o território do estado, cimentada na figura do migrante pioneiro, “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados” (GEERTZ, 1989, p. 4), mesmo que estes significados, em um dado momento, não façam parte das lembranças postas em um determinado contexto, haja vista que “o passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente, mas não de forma homogênea. De outro lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas” (BOSI, 1994, p. 48).

Essa forma de institucionalização da cultura reproduziu uma sensação de intervenção nas vontades dos indivíduos que, numa situação de defasagem sócio-política, acabaram aceitando as imposições de situações unilaterais ante a objetividade em que ocorreram as intervenções. Poderíamos dizer em outros termos e, em síntese, que essas formas de intervenção aconteceram mais ou como quando da síndrome de estocolmo em um sequestro. No caso em questão não há sequestrador, mas uma intervenção caracterizada nas diferenças e nas vontades de sobreviver em um determinado espaço e este espaço, naquele momento, era a cidade de Palmas.

Assim sendo, justificam-se os monumentos ante a representação direta ou indireta, posto que contribuem para criar uma distância entre a memória antiga e a atual, apoiada no distanciamento da realidade e dos mitos cultivados na então Região Norte de Goiás. Exemplo disso temos no o monumento do memorial 18 do Forte, colocado na ala sul do palácio Araguaia (ver Figura 2).

Nesse mesmo sentido pode-se dizer da arquitetura dos prédios dos Três Poderes do Estado – principalmente no tocante à arquitetura do Palácio do Governo (foto III), com suas fachadas e um frontispício com pouca ou nenhuma proximidade com a cultura pretérita e atual do Tocantins. Palmas representa um urbanismo monumental com ruas largas e obras feitas para suportar décadas de crescimento populacional. Em termos gerais, a cidade foi edificada dentro do estilo adotado na reforma de Paris (denominada de reforma Haussmann).

De acordo com as críticas de especialistas, mesmo que Palmas seja uma cidade com traços pós-modernos, sua estrutura urbanística e a ocupação dos espaços reproduzem uma cidade neoconservadora. Em relação a Paris, a diferença é que Georges-Eugène Haussmann levou dezessete anos para modificar as estruturas da capital francesa e Siqueira Campos levou dois anos para criar, construir e consolidar a cidade como o centro das decisões por meio de um processo de desconstrução da memória cultural de parte significava da população do Estado.

Assim, a memória difundida por setores do governo estribava-se na construção de novos mitos e em uma nova cultura que, em termos objetivos, caracterizam-se como uma forma de provocar o esquecimento de algo simbólico, se for levada em conta a linguagem utilizada para referir-se à cultura anterior quando a região ainda pertencia a Goiás. O discurso predominante reportava à memória do atraso, do abandono da Região Norte. O discurso sobre a cultura que se queria construir era cimentada por uma memória do novo, do desenvolvimento. Contudo, em termos de fixação da memória, “um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ocorrido. Portanto, somente bem mais tarde é que podemos associar as diversas fases de nossa vida aos acontecimentos” (HALBWACHS, 2006, p. 75). Talvez por isso é que o governo, para desmontar a cultura predominante, associou à linguagem pejorativa sobre a memória cultural a construção de monumentos com pouca significância no ethos da região, como se nota da Figura 2 abaixo.

Figura 2 – Memorial 18 do Forte.



Fonte: <http://www.skyscraperlife.com/brazil/9175-doze-fotos-de-palmas-com-algumas-aereas.html>. Acesso em: 17 nov. 2010.

Ignorou-se, assim, a cultura da região ante a memória das festas que reproduziam “uma sociedade, conseqüentemente, na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado” (CHAUI, 1986, p. 55). Dessa forma, “os significados das diversas práticas espaciais associadas ao cotidiano, envolvendo as coisas correntes, e as manifestações menos freqüentes ou periódicas estão, com raras exceções [...]” (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007, p. 17), retratadas nos monumentos selecionados para representar a cultura da população do Estado. As opções do governo centraram-se numa concepção cultural de desenvolvimento econômico do território criando na população uma espécie de fragmentação de sua identidade cultural ao apregoar um discurso de vergonha do passado. Talvez por isso uma das fontes desse condicionamento pode ser encontrada na arquitetura dos prédios públicos da Praça dos Girassóis, conforme foto do Palácio do Governo abaixo.

Figura 3 – Palácio Araguaia, sede do governo estadual.



Fonte: Fernando Alves – cedida pela Casa de Cultura da Fundação Cultural da Prefeitura de Palmas (2011).

Outro monumento que não representa muito para a cultura do povo do Tocantins é o memorial (Figura 4) construído pelo governo em homenagem a Luís Carlos Prestes, haja vista a distância ideológica entre Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos, fundador do Estado do Tocantins – exceto a condição de homônimo deste ao então tenente Siqueira Campos² da Coluna Prestes. O contexto da função da lembrança ora enfraquece ora se assentua dentro da “quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de lembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com o que passou, de reconhecer as lembranças e pô-las às imagens de agora” (BOSI, 1994, p. 81).

Vale dizer, a cidade é o espaço macro de ocupação do cidadão e o lugar é a especificidade do espaço ocupado para morar, trabalhar e participar – enfim, o espaço vivido. Por isso, as cidades são as principais referências em termos do processo de fracionamento, bem como da conjugação da totalidade dos espaços. Em outros termos,

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. Quanto maior o estranhamento e menores as possibilidades de uma adaptação inconsciente, mais os sentidos são despertados para a verdade que esconde os objetivos e as relações sociais. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo. (SANTOS, 2007, p. 81).

Toda intervenção gera fragmentação e retira a capacidade de uso do território como espaço cultural ante interferências que dividem e separam o homem do seu próprio espaço, reproduzindo uma falsa sensação de pertencimento institucionalizado e sem uma correlação entre as culturas e às transformações simultâneas e diacrônicas da relação entre pessoas e meio social. Essa dicotomia pode ser vivida ou expressada de forma particular ou coletiva em relação às necessidades pragmáticas criadas em torno de um conceito de pertencimento. Tal imposição foi gerada pelas necessidades de se continuar incluído ao meio social em formação; por isso, o indivíduo assume uma condição passiva perante o que está sendo criado, mesmo entendendo que o espaço público não é uma coisa privada, particular, mas coletiva, por isso deve estar à disposição de os todos moradores e não só de grupos dominantes. Diante disso, dependendo das condições, as pessoas não se rebelam para não provocar rupturas na estrutura de pertencimento que está sendo construída em um processo qualquer de ocupação de espaços públicos. Isso caracteriza uma sensação de privatização desses espaços para satisfazer interesses particulares e ideológicos, manifestados nas intromissões de gestores, assim como nas condições culturais coletivas e individuais.

Com isso, quanto mais distante o indivíduo estiver da cultura pretérita ou tradicional, mais fácil será a construção de um território de poder. Como exemplo dessa aculturação, tem-se a condição ostentada por um projeto forte em relação às estruturas de um processo histórico colocado de forma particular para representar uma sociedade urbana que possui uma relação histórica com a cultura autóctone. Em síntese:

É costume pensar uma grande cidade como um todo funcional, um sistema com suas partes interagindo, um complexo com uma unidade ‘nodal’. Na realidade, a maioria dos moradores urbanos conduz sua atividade diária, e a sua vida inteira é vivida sem que cheguem a adquirir esse sentido global do seu entorno urbano. Eles consideram a aglomeração urbana como uma série de lugares – bairros, distritos, áreas -, alguns intimamente conhecidos, outros apenas de passagem, muitos não conhecidos. (BROEK & Webb, 1968, p. 403 apud (SANTOS, 2007, p. 84).

Essa é a forma que parcela da população percebia a cidade em suas especificidades estruturais, bem como em seu ordenamento territorial, exceto quando ocorria uma

² Nos jardins em frente ao palácio há o monumento ao tenente Siqueira Campos, que participou do levante dos 18 do Forte de Copacabana e, posteriormente, da Coluna Prestes, na primeira metade do Século 20. O Memorial guarda peças cedidas pela família de Prestes, que contam parte da história do levante. Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/maio/dia-do-aniversario-de-palmas-7.php>. Acesso em: 07 dez. 2010.

massificação envolvendo um determinado lugar ou espaços, uma vez que nossa história é composta de rupturas. No Império, foi empreendida uma cultura de esquecimento do período colonial; na República, os esforços para não ser lembrado o período Imperial foram efetivados dentro de uma nova percepção dos espaços e do território nacional na perspectiva da criação de uma nova concepção de nação.

A partir dos anos 1930, Vargas empreendeu uma política ostensiva para que a população não se lembrasse do período anterior, denominado de República Velha. De forma idêntica, ao determinar a incineração de todos os documentos oficiais e particulares da escravidão brasileira, Rui Barbosa mergulhou a história e suas fontes de comprovação numa cultura do esquecimento, dificultando a identificação e a correção das atrocidades praticadas pelo sistema produtivo escravista.

Todas essas ações envolvem a tentativa de destruir identidades culturais ao produzir uma alteridade cultural diferenciada da existente ou das que podem ser lembradas. Esse processo reproduziu uma tentativa de fundar uma nova identidade cultural através da difusão de monumentos representativos de parte da história nacional, mas distante da realidade do território de Palmas, conforme se nota na representação esboçada no memorial construído em homenagem à Coluna Costa-Prestes e a Luis Carlos Prestes (Fotografia 4). Dentro do contexto histórico, o movimento representa muito para a história política brasileira dos anos 1920 e 1930, mas está distante da história do então norte de Goiás.

A condição inédita desses movimentos se dava pela participação efetiva de jovens oficiais do Exército Brasileiro. Inicialmente, o movimento foi denominado Tenentismo. Com a depuração ideológica, o movimento passou a se chamar “Coluna Miguel Costa”, popularmente conhecida como “Coluna Prestes”, e tinha como líderes Miguel Costa e Luís Carlos Prestes. O movimento se deslocava pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais e combatendo os governos da Velha República. Contudo, mesmo diante da representatividade do movimento em termos históricos, levando-se em conta o contexto político do Estado do Tocantins e das formas utilizadas para a ocupação do território de Palmas o monumento alusivo à Coluna Prestes construído pelo governo pouco representava para a cultura predominante em um território urbano recém-construído como a capital do Tocantins.

Figura 4 – Monumento Luis Carlos Prestes.



Fonte: Theres Pinto – cedido pela Casa de Cultura da Fundação Cultural da Prefeitura de Palmas (2011).

A cultura da então Região Norte de Goiás era composta miscigenadamente por mitos, crenças e manifestações de culturas do Pará, Maranhão, Bahia e Piauí. Contudo, ao construir os monumentos, o governo abdica dessas culturas por uma memória diferente da que existia na região. Em termos da cultura autóctone, o governo incluiu poucas manifestações da cultura indígena do Estado, compostas por “sete etnias: Karajá, Xambioá, Javaé (que formam o povo

Iny) e os Xerente, Krahô Canela, Apinajê e Pankararú. Eles se distribuem em mais de 82 aldeias³. Maior ênfase foi dada à frase CO YVY ORE RETAMA⁴, da língua Tupy Gurany, conforme a Figura 5 abaixo, colocada no Brasão do Estado.

Figura 5 – Brasão do Estado do Tocantins.



Fonte: <<http://to.gov.br/m/brasao/743>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

A ideologia cultural pretendida pelo governo do Estado do Tocantins pode ser entendida a partir dos monumentos e das novas identidades criadas em torno dos processos e formas de ocupação dos espaços de palmas. “É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização” Santos (2007, p. 82).

Desta forma, Palmas era vista como o novo território habitado pelos migrantes que chegavam. Estes viam na cidade um cenário de garimpo ante os impactos das intervenções na área escolhida para a construção de Palmas, posto o fato de a área estar espremida entre o Rio Tocantins (hoje pelo lago de Lajeado) e a Serra do Carmo.

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida. (SANTOS, 2007, p. 83).

Assim, a ação centrípeta do ordenamento territorial da cidade funcionou como catalizador e massificador da memória posta nos monumentos como forma objetiva e dialética, oscilando entre a possibilidade de esquecimento e o processo de fixação dessa nova realidade cultural.

³ Fonte: <http://to.gov.br/m/povos-indigenas/72>. Acesso em: 25 nov. 2010.

⁴ No texto da lei de criação do Brasão de Armas do Estado do Tocantins temos: “Lei nº 092/89, de 17 de novembro de 1989. Cria o BRASÃO DE ARMAS DO ESTADO DO TOCANTINS. Art. 1º - Fica instituído o BRASÃO DE ARMAS DO ESTADO DO TOCANTINS, constituído de um escudo elíptico cortado, na metade superior, em chefe de azul (blau), carregado com a metade de um sol de ouro estilizado, do qual se vêem 5 (cinco) raios maiores e 8 (oito) menores, limitado na linha divisória. A metade inferior, o termo ou campanha, uma asna de azul (blau), ladeada nos flancos destro e sinistro de branco e no termo de amarelo (ouro). Sob o escudo, um listel de azul (blau) com a inscrição “Estado do Tocantins e a data “1º de JAN 1989” em letras brancas. Em timbre uma estrela de amarelo ouro, com bordadura de azul (blau), encimada pela divisa em Tupi “CO YVY ORE RETAMA” – ESTA TERRA É NOSSA - em letras brancas sobre listel de azul (blau). Como suporte uma coroa de louros estilizada em sinople (verde), COMO CONSTA DO Memorial Justificativo e arte (I – Representação Policromática; II – Cores Convencionais Heráldicas; III – Construção Modular), em anexo, criados por José Luiz de Moura Pereira, que passam a fazer parte integrante desta Lei”. Fonte: <http://to.gov.br/m/brasao/743>. Acesso em: 11 março 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises sobre os significados simbólicos dos monumentos construídos na Praça dos Girassóis, em Palmas, indicaram que um dos objetivos era a criação de uma nova memória para o território do Estado. Esta, acoplada a uma política massiva de atração de migrantes, permeada por um farto acesso a empregos públicos e na iniciativa privada, distribuição e vendas de casas, lotes e terrenos em Palmas e na sua hinterlândia. Essa política traduzia uma gestão autocrática em relação aos aparelhos do estado. De forma geral, essas ações direcionavam para um exercício de poder próximo a uma gestão pessoal, como se a coisa pública fosse uma franquía.

Outra condição muito discutida eram as pregações contra a cultura predominante quando o território pertencia ao Estado de Goiás. Nestas ações, havia uma intenção clara em desmontar as estruturas simbólicas constituídas na história, nos mitos e nas manifestações religiosas, profanas e simbólicas, associadas às lutas separatistas desenvolvidas em diversas etapas – do Império às sucessivas fases da República.

Essa política pragmática foi eficiente do ponto de vista das intenções do governo, que conseguiu criar e construir uma cidade com uma estrutura pós-moderna para ser a capital do Estado. No processo de ocupação dos espaços da capital, o poder público empreendia uma política de troca com os migrantes – após a “triagem”, eram encaminhados aos setores de distribuição de moradia e cadastro para os empregos nas frentes de construção civil da cidade, na iniciativa privada ou nos postos criados no processo de expansão da economia e da demografia.

Outro objeto de troca muito criticado e questionado na justiça era o título de pioneiro distribuído aos migrantes que chegaram a Palmas nos anos 1990 e 1991. Esse título dava aos moradores a prerrogativa de contar até 30 pontos na composição de médias em concursos públicos realizados pelo Estado. Por ferir a Isonomia, todos os concursos que atribuíram essa pontuação diferenciada como objeto de classificação foram suspensos através de ações públicas impetradas em tribunais superiores.

Essas práticas criavam uma reciprocidade entre migrante e as intenções do governo, ante uma política direcionada à criação de uma nova identidade para o Estado, corroborada pela ocupação dos espaços de Palmas. Todas essas ações estavam mitigadas por uma ideologia voltada para a desconstrução da cultura anterior à criação do Estado do Tocantins. Em termos gerais, essa política criava uma identidade de pertencimento espacial, simbólico e institucional entre morador, governo e espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória Sertão*. São Paulo: Editora Cone Sul/Uniupe, 1998. 312 p.
- _____. *O Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 137 p.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 179p.
- COELHO, Ildeu Moreira. A Questão Política do Trabalho Pedagógico. In: BRANDÃO, C. Rodrigues. *O Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 31-49.
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: _____. **Introdução à Geografia Cultural**. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007. p.??-??.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: editora LTC, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **A Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 176 p.

_____. **O Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 96 p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 176 p.

[HTTP://to.gov.br/m/povos-indigenas/72](http://to.gov.br/m/povos-indigenas/72). Acesso em: 25 nov. 2010.

[HTTP://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/maio/dia-do-aniversario-de-palmas-7.php](http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/maio/dia-do-aniversario-de-palmas-7.php). Acesso em: 07 dez. 2010.

[HTTP://to.gov.br/m/brasao/743](http://to.gov.br/m/brasao/743). Acesso em: 11 mar. 2011.